

12 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

O CNJ cumpre o seu papel

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, por unanimidade, instaurar processo administrativo para apurar se o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Mário Alberto Simões Hirs, e sua antecessora, desembargadora Telma Laura Silva Britto, cometeram irregularidades no pagamento de precatórios. Por 11 votos contra 4, o CNJ também afastou os dois magistrados de seus cargos até o fim das apurações. Eles não poderão gozar dos benefícios funcionais, como carro oficial, mas continuarão recebendo salários. Além dessas medidas, o CNJ abriu sindicâncias para apurar o envolvimento de outros juizes e desembargadores no esquema.

Essa foi a segunda vez, em menos de um mês, que o CNJ afastou um presidente de um Tribunal de Justiça por suspeitas de graves irregularidades no exercício da função. Há três semanas, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Clayton Camargo, foi obrigado a deixar as atividades e passou a ser investigado por denúncias de tráfico de influência e venda de sentenças. Na mesma sessão em que afastou o presidente e a ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, o CNJ abriu processo disciplinar contra um desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que teria violado a legislação penal

e o Código de Ética da Magistratura ao adquirir – por valor muito inferior ao de mercado – imóvel em área nobre em leilão público manipulado.

“A sombra de suspeita de põe contra a dignidade do Judiciário. A legitimidade desse Poder decorre da reputação de honestidade de seus membros. É fundamental para a maturidade institucional brasileira que os magistrados sejam honestos e pareçam honestos”, diz o corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão.

As denúncias da corregedoria do CNJ contra o presidente e a ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia são graves. Eles foram acusados de participar de um esquema criminoso montado para superfaturar os valores dos precatórios, mediante a utilização de índices de correção monetária indevidos e com a assessoria de peritos particulares. Num dos casos apurados pela equipe de Falcão, o valor de um precatório de R\$ 3 milhões teria sido recalculado em R\$ 290 milhões. Em outro caso, que teria beneficiado o irmão da desembargadora Telma Laura Silva Britto, o superfaturamento chegou a R\$ 190 milhões. Os auditores e corregedores do CNJ constataram que a diferença entre o que foi efetivamente pago e o que era de fato devido foi superior a R\$ 448 milhões.

Os dois desembargadores não contestaram os números da corregedoria do CNJ, mas alegaram que os cálculos dos

precatórios inflados teriam sido feitos em decisões de primeira instância, motivo pelo qual não teriam competência legal para alterá-los. Também acusaram o CNJ de exorbitar de suas competências, uma vez que os processos relativos aos precatórios irregulares já teriam transitado em julgado. “O CNJ quer que eu mexa no trânsito em julgado, mas eu não posso”, disse o desembargador Simões Hirs. O presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, refutou o argumento. “É inadmissível que um presidente de tribunal cometa erros dessa gravidade. Não se pode sequer admitir a hipótese de ignorância, porque ele foi alertado para as irregularidades existentes nos cálculos e se omitiu”, afirmou.

Joaquim Barbosa e Francisco Falcão também lembraram que, na gestão dos desembargadores Silva Britto e Simões Hirs, o Tribunal de Justiça da Bahia foi muito lento em seus julgamentos, mas atuou “em ritmo de foguete da Nasa nos casos de precatórios”. Houve casos em que os precatórios foram recalculados para mais em menos de 24 horas.

O processo administrativo contra os dois desembargadores já poderia ter sido julgado há algum tempo pelo CNJ. Mas, por pressões políticas e resistências corporativas, o corregedor e o presidente do CNJ decidiram aguardar a nova formação do colegiado, recém-renovado, para desengavetar os casos mais importantes.

12 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

STF recebe nova leva de recursos e retoma julgamento

Ministros do Supremo poderão decretar cumprimento de pena de 13 dos 25 condenados pelo escândalo já a partir de amanhã

Felipe Recondo / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal recebeu ontem a última leva de recursos do mensalão que pedem novos julgamentos e se prepara agora para mandar executar as penas, possivelmente nesta semana, de parte dos condenados.

A decisão do Supremo de aceitar os embargos infringentes, em setembro, dividiu os 25 condenados em dois grupos.

Doze deles, pelo fato de terem sido condenados em votação apertada por determinados crimes, poderão ter nova análise do plenário da Corte, por meio desses embargos, cujo prazo de entrega se encerrou ontem.

Os outros treze condenados não têm direito a novo julgamento. Eles já ingressaram com uma segunda leva de embargos de declaração – que questionam a clareza das decisões dos ministros do STF e apontam contradições. Esses recursos serão analisados a partir de amanhã. Se os magistrados entenderem que os embargos de declaração são só uma tentativa dos condenados de postergar o encerramento do caso, mandarão as penas serem executadas já.

Estão nesse grupo sem direito a embargos infringentes o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), que denunciou o esquema em 2005, o deputado Pedro Henry (PP-MT), beneficiário do esquema de pagamentos

que funcionou no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado por desvio de dinheiro público. Os dois primeiros têm penas que podem ser cumpridas em regime semiaberto, no qual só é preciso dormir na cadeia. Já Pizzolato, cuja sentença supera os oito anos de detenção, terá de cumprir regime fechado.

A execução das penas de prisão ficará a cargo do presidente do tribunal. Ao contrário do que dissera no ano passado, Joaquim Barbosa não deve delegar essa tarefa a juizes dos Estados.

Mudança. A análise dos casos do segundo grupo de condenados, aqueles que têm direito a novo julgamento, deverá ocorrer apenas no ano que vem. Os advogados desses condenados, entre eles o ex-ministro José Dirceu, tentam derrubar uma das teses centrais da acusação: a de que todos atuaram como uma quadrilha. Se Dirceu conseguir reverter essa condenação, poderá escapar do regime fechado.

A mudança na composição da Corte e os votos dos novos ministros em casos recentes similares indicam que os condenados têm boa chance de ver seus embargos aceitos. Será um revés para o discurso de que o PT montou no Palácio do Planalto “uma quadrilha para a compra de votos no Congresso”.

12 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

RECURSOS CONTINUAÇÃO

● Parte dos condenados no mensalão pode começar a cumprir as penas amanhã

13 JÁ PODEM COMEÇAR A CUMPRIR A PENA



Entre eles

Regime fechado

Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil

● Condenado por lavagem de dinheiro, corrupção passiva e peculato

● Pena: 12 anos e 7 meses

Vinicius Samarane, ex-vice-presidente do Banco Rural

Condenado por lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta

Pena: 8 anos e 9 meses

Regime semiaberto

Valdemar Costa Neto, deputado (PR-SP)

● Condenado por lavagem de dinheiro e corrupção passiva

● Pena: 7 anos e 10 meses

Roberto Jefferson, presidente licenciado do PTB

● Condenado por lavagem de dinheiro e corrupção passiva

● Pena: 7 anos e 14 dias

Pedro Henry, deputado (PP-MT)

● Condenado por lavagem de dinheiro e corrupção passiva

● Pena: 7 anos e 2 meses

Pedro Correa, ex-deputado federal (PP-PE)

● Condenado por lavagem de dinheiro e corrupção passiva

● Pena: 7 anos e 2 meses

Rogério Tolentino, ex-advogado de Marcos Valério

● Condenado por lavagem de dinheiro e corrupção ativa

● Pena: 6 anos e 2 meses

Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL, atual PR

● Condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro

● Pena: 5 anos

O SUPREMO JÁ REJEITOU OS PRIMEIROS RECURSOS DOS 13 CONDENADOS QUE NÃO TÊM DIREITO A EMBARGO INFRINGENTE E, AGORA, VAI JULGAR OS SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALGUNS CONDENADOS JÁ PODEM SER PRESOS AMANHÃ

Dos
25
condenados

12 RÉUS TÊM DIREITO A EMBARGO INFRINGENTE



Entre eles

Regime fechado

José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil

● Condenado por corrupção ativa e formação de quadrilha*

● Pena: 10 anos e 10 meses

Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT

● Condenado por corrupção ativa e formação de quadrilha*

● Pena: 8 anos e 11 meses

Marcos Valério, operador do mensalão

● Condenado por evasão de divisas, lavagem de dinheiro, peculato, corrupção ativa e formação de quadrilha*

● Pena: 40 anos e 4 meses

João Paulo Cunha, deputado federal (PT-SP) e ex-presidente da Câmara

● Condenado por lavagem de dinheiro*, corrupção passiva e peculato

● Pena: 9 anos e 4 meses

Ramon Hollerbach, ex-sócio de Marcos Valério

● Condenado por formação de quadrilha*, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, peculato e evasão de divisas

● Pena: 29 anos e 7 meses

Cristiano Paz, ex-sócio de Marcos Valério

● Condenado por formação de quadrilha*, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e peculato

● Pena: 25 anos e 11 meses

Regime semiaberto

José Genoíno, deputado federal (PT-SP)

● Condenado por corrupção ativa e formação de quadrilha*

● Pena: 6 anos e 11 meses

*Crimes em que cabem embargos infringentes

ESSES RÉUS TÊM DIREITOS A EMBARGOS INFRINGENTES PORQUE OBTIVERAM PELO MENOS QUATRO VOTOS PELA ABSOLVIÇÃO. O MAIS PROVÁVEL É QUE ESSES RECURSOS SEJAM JULGADOS NO INÍCIO DO PRÓXIMO ANO PELO PLENÁRIO DO SUPREMO

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça anula passaporte de filho de Lula

12 NOV 2013

Ricardo Brito / BRASÍLIA

A Justiça Federal de Brasília declarou nulo o passaporte diplomático concedido a Luis Cláudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Procuradoria da República no Distrito Federal havia considerado a emissão do documento ilegal e fora do interesse do País. A sentença, do início de outubro, atende a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal.

A concessão do passaporte ocorreu a apenas três dias do término do segundo mandato de Lula. O Ministério Público abriu investigação em janeiro de 2011, quando reportagens na imprensa revelaram uma extensa lista de beneficiários do passaporte especial – parentes do ex-presidente, autoridades religiosas, políticos e ex-ministros. A farra na liberação levou o Itamaraty a adotar, então, regras mais rígidas para a concessão do documento.

O passaporte diplomático dá ao portador uma série de regalias, como tratamento especial no embarque e desembarque em aeroportos. Em alguns países torna dispensável a exigência do visto de entrada. Fazem jus a ele pessoas em missão de especial interesse do País.

'Irregular'. Na sentença, o juiz Jamil Rosa de Oliveira, da 14.^a Vara em Brasília, julgou procedente o pedido do Ministério Público. “Em verdade, não há nada a acrescentar em matéria de mérito, uma vez que o passaporte diplomático concedido ao réu foi absolutamente irregular”, decidiu Oliveira.

O advogado de Luis Cláudio, Cristiano Zanin Martins, disse que vai apelar ao Tribunal Regional Federal em Brasília (TRF-1). Segundo ele, a sentença “não acrescenta nada” porque o passaporte diplomático já tinha sido cancelado. “A questão do cancelamento já foi feita administrativamente”, afirmou.

12 NOV 2013

FERIADO **TRIBUNA DO PARANÁ** **Manifestação no Tribunal**

Cahuê Miranda
cmiranda@tribunadoparana.com.br

O debate sobre o feriado do Dia da Consciência Negra continua quente nos tribunais e vai ganhar as ruas hoje. Enquanto a Câmara de Curitiba prepara ação contra a liminar que suspendeu a folga no dia 20 deste mês, entidades do movimento negro fazem ato público em frente ao Tribunal de Justiça (TJ).

O feriado, aprovado no final do ano passado pela Câmara, está suspenso por decisão do TJ. A corte concedeu liminar solicitada pela Associação Comercial do Paraná (ACP) e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), que questionam a

legalidade do feriado e calculam que a folga geraria prejuízo de R\$ 160 milhões à economia do município.

O Dia da Consciência Negra marca a data da morte de Zumbi, líder do quilombo dos Palmares e considerado herói da luta contra a escravidão. Instituída oficialmente em 2011, a data é considerada feriado em seis estados (AL, AP, AM, MS, RJ e RS) e mais 131 cidades. No Paraná, a folga está suspensa pela Justiça em Curitiba e Londrina e confirmada em Guaruva.

RECURSO

Na capital paranaense, a procuradoria da Câmara vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal

(STF) para tentar derrubar a liminar. A expectativa é que uma ação de reclamação seja protocolada até quinta-feira.

Hoje, as 20 entidades que integram o Comitê Zumbi dos Palmares se reúnem para protestar contra a decisão do TJ. A manifestação começa às 13h, em frente à sede do tribunal, no Centro Cívico, e parte em direção à ACP, no calçadão da Rua XV de Novembro. “É importante a participação da comunidade, para dar visibilidade a esse debate e defender a data que recorda a luta de Zumbi, único herói negro homenageado com feriado”, diz Luiz Carlos Paixão, integrante do comitê e secretário da APP-Sindicato.

JORNAL DO ÔNIBUS Movimento Negro faz manifestação pelo feriado

Cerca de 20 entidades do movimento negro, reunidas no Comitê Zumbi dos Palmares, prometem protestar hoje, às 13 horas, em frente ao Tribunal de Justiça do Paraná, seguida de caminhada até a sede da Associação Comercial do Paraná (ACP) e do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado (Sinduscon-PR).

A manifestação visa

sensibilizar a Justiça e a sociedade curitibana acerca da importância histórica de se comemorar o feriado da Consciência Negra no próximo dia 20 de novembro. No último dia 4, com a maioria dos votos a favor, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) acatou o pedido de liminar da ACP e suspendeu o feriado da semana que vem.

12 NOV 2013

GAZETA DO POVO

➤ CONSCIÊNCIA NEGRA

Ação pró feriado será enviada ao STF na quinta-feira

*Thomas Rieger,
especial para a Gazeta do Povo*

IA ação de reclamação da Câmara Municipal de Curitiba (CMC) pela manutenção do feriado do Dia da Consciência Negra na cidade deve ser enviada ao Superior Tribunal Federal (STF) na próxima quinta-feira, dia 14. O presidente da Casa, o vereador Paulo Salamuni (PV), havia anunciado que entraria com a ação já na última sexta-feira, mas de acordo com a procuradora jurídica da CMC, a reclamação requer um embasamento muito específico, o que justifica a demora.

A Câmara pretende derubar a decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que suspendeu o feriado que aconteceria no próximo dia 20 de novembro a partir de uma argumentação ligada a competências legais. “O TJ não poderia decidir com base na Constituição Federal, apenas na estadual”, explica o procurador-chefe da CMC, Rodrigo Baptista.

Segundo Baptista, há a possibilidade de o STF analisar a ação de reclamação antes do dia 20. A Câmara também está estudando efetuar embargos na própria decisão do TJ para que o órgão especial analise novamente a matéria.

Do outro lado, a Associação Comercial do Paraná (ACP), responsável pela liminar que pediu o cancelamento do feriado, diz que vai manter sua posição contrária ao recesso. “Para nós, esse feriado é inconstitucional. Lamentamos que a Câmara não tenha sensibilidade para entender que isso é prejudicial para a economia paranaense”, rebateu o presidente Edson José Ramon.

Manifestação

Entidades sociais formaram, na semana passada um comitê em defesa do feriado e organizaram um ato público em frente do prédio do Tribunal de Justiça, no Centro Cívico, para as 13 horas de hoje. Haverá concentração e caminhada até a sede da ACP, na Rua XV, para a entrega de uma carta de repúdio ao cancelamento do recesso.

1 2 NOV 2013

GAZETA DO POVO

ASSEMBLEIA

Aumento de taxas dos cartórios irá a votação se for 'dentro da realidade'

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), disse ontem que vai colocar em votação até o fim do ano o projeto do Tribunal de Justiça (TJ) que aumenta as taxas dos cartórios do estado. Isso só vai ocorrer, porém, se o índice de reajuste estiver "dentro da realidade", afirmou Rossoni. No fim do ano passado, o tucano se negou a incluir matéria sobre o mesmo tema na pauta de votações sob o argumento de que os aumentos eram abusivos. "Não quero falar em números, porque, daqui a pouco, estou arbitrando custos. Mas acredito no bom senso e no equilíbrio do TJ em propor um aumento condizente com a nossa realidade", afirmou. "Depois de um ano, não tenho mais como não colocar [o projeto] em votação. Agora, a decisão [de aprovar ou não a proposta] será dos deputados." Segundo o presidente do TJ, Guilherme Luiz Gomes, a matéria deve ser enviada à Assembleia até o fim do ano, a tempo de o reajuste valer em 2014. Ele disse que o aumento deve girar entre 10% e 11%.

12 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Políticos e servidores devem R\$ 551 milhões aos cofres públicos no Paraná

Levantamento do Tribunal de Contas do Paraná mostra que um total de 1.189 políticos, servidores de carreira e comissionados devem R\$ 551 milhões aos cofres públicos do estado. Os valores referem-se a um total de 1.674 decisões de aplicação de restituição de valores, 879 multas administrativas, 80 multas proporcionais ao dano causado e 26 multas por infração física. O cadastro será encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral e pode auxiliar na definição da inelegibilidade dos agentes públicos.

12 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Políticos e servidores do PR devem R\$ 551 mi aos cofres públicos, diz TC

Devido a irregularidades no uso da verba pública, 1.189 pessoas foram condenadas a pagar multas e a ressarcir os cofres do estado e dos municípios paranaenses

Guilherme Voitch

Levantamento divulgado ontem pelo Tribunal de Contas do Paraná (TC) mostra que 1.189 agentes públicos do estado (políticos, servidores de carreira e comissionados) devem um total de R\$ 551 milhões para os cofres públicos paranaenses. Os valores referem-se a 985 multas aplicadas pelo TC e 1.674 decisões do órgão para que os agentes públicos restituam valores usados irregularmente.

O maior devedor, segundo o cadastro do TC, é o ex-prefeito de Maringá Jairo Gianoto. Individualmente, o débito dele é de R\$ 215 milhões. Gianoto foi condenado pela Justiça por desviar recursos da prefeitura quando administrou a cidade, entre 1997 e 2000. O ex-prefeito não foi localizado pela Gazeta do Povo para comen-

tar o levantamento do TC. Em entrevistas anteriores, ele havia declarado que desconhecia esquemas de corrupção na prefeitura e atribuiu responsabilidade pelas irregularidades ao ex-secretário da Fazenda na sua gestão, Luiz Antônio Paolicchi, assassinado em 2011.

O levantamento será encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) e pode auxiliar na decretação de inelegibilidade dos agentes públicos envolvidos.

Metodologia

Segundo o TC, definida a penalidade ao agente público, depois de esgotados todos os recursos, determina-se ao governo estadual ou às prefeituras a cobrança do débito. Depois, o tribunal fiscaliza a execução da penalidade, periodicamente. A não execução da dívida implica no bloqueio da emissão da certidão liberatória, documento necessário para que as instituições possam receber recursos públicos.

O diretor de Execuções do TC, Cláudio Henrique de Castro, explica que é provável que uma pequena parcela dos agentes públicos relacionados no cadastro já tenha efetuado a quitação dos débitos, mas ainda não apresentou a comprovação perante o tribunal. Esta comprovação é

necessária para a exclusão da listagem. Uma vez comprovado o pagamento, a exclusão é feita em 24 horas.

O presidente do TC, Artagão de Mattos Leão, diz que o cadastro de inadimplentes representa um avanço para a fiscalização do poder público. "O tribunal, que já é considerado modelo em transparência pública, coloca mais um instrumento a serviço da sociedade, mostrando a importância de seu papel no controle de contas, relacionando agentes públicos que fizeram uso indevido dos recursos do contribuinte e que foram penalizados", diz.

Serviço

O cadastro de inadimplentes do TC pode ser acessado no site do Tribunal de Contas (www.tce.pr.gov.br), clicando no ícone Transparência.

12 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Entrelinhas

Acidente com carteiro 1

Os Correios ganharam na Justiça uma ação de indenização contra a dona de um cachorro que atacou um carteiro em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba. Segundo sentença do juiz federal substituto Cláudio Roberto da Silva, da 2ª Vara Federal de Curitiba, a moradora deverá pagar aos Correios mais de R\$ 3 mil, para ressarcir as despesas do tratamento médico e do afastamento do empregado. O ataque ocorreu quando o carteiro realizava entrega no bairro Campo Pequeno. O cão, da raça pastor belga, escapou da casa quando a dona abriu o portão. O carteiro foi ferido na panturrilha e na canela da perna direita e precisou ficar afastado do trabalho por 15 dias.

Acidente com carteiro 2

Segundo a chefe da área de Segurança do Trabalho da Diretoria Regional dos Correios no Paraná, Rose Maria Manosso, a sentença representa um marco no combate a esse tipo de acidente. Desde o início do ano, foram registrados 103 casos de mordedura canina contra carteiros no Paraná. Em média, os empregados ficam cinco dias afastados das atividades para tratamento médico.

12 NOV 2013

GAZETA DO POVO

PRIVILÉGIO

Justiça anula passaporte diplomático de filho de Lula

A Justiça Federal de Brasília declarou nulo o passaporte diplomático concedido a Luíís Cláudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Procuradoria da República no Distrito Federal havia considerado a emissão do documento ilegal e fora do interesse do país. A sentença, do início do mês passado, atende a uma ação civil pública movida em 2012 pelo Ministério Público Federal. A concessão do passaporte ocorreu três dias antes do término do mandato de Lula. O Ministério Público abriu uma investigação preliminar, em janeiro de 2011, quando reportagens revelaram uma extensa lista de beneficiários do passaporte especial, como parentes do ex-presidente, autoridades religiosas, políticos e ex-ministros.

Notas Políticas

Escritório no PR

O promotor de Justiça Laércio Januário, do Gaeco de Maringá, quer a instalação de um consulado dos EUA no Paraná. Por meio de ofício, ele pediu à Assembleia Legislativa que convença o governo estadual a iniciar conversas com a embaixada norte-americana nesse sentido. A ideia foi motivada pela Operação Boa Viagem, que desvendou um esquema para obter vistos para os EUA com o objetivo de promover a imigração ilegal.

SUPREMO

Em recurso, 18 réus pedem absolvição no processo do mensalão

Até o início da noite de ontem, 18 réus enviaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) recursos pedindo a reversão de suas condenações em alguns crimes no processo do mensalão. O prazo para o envio seria encerrado à meia-noite. Os recursos, conhecidos como embargos infringentes, foram considerados cabíveis pelo STF em setembro. A corte condicionou a apresentação à existência de pelo menos quatro votos pela absolvição do réu. Nesta situação há 12 dos 25 condenados. Apesar da necessidade dos quatro votos, alguns réus que não os obtiveram também enviaram o recurso: os deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT), o ex-vice-presidente do Banco Rural Vinícius Samarane, os ex-deputados Pedro Corrêa e Bispo Rodrigues e o advogado Rogério Tolentino.

Três são denunciados por envolvimento em banco de ossos

O Ministério Público (MP) ofereceu denúncia contra os supostos responsáveis pelo banco de ossos clandestino fechado no início de setembro em Londrina, pelos crimes de guarda e comercialização de tecidos humanos. Os irmãos Kléber Barroso Cavalca, 42 anos, e Carlo Keith Barroso Cavalca, 37 anos, além de uma terceira pessoa, cujo nome não foi divulgado, já haviam sido indiciados pela Polícia Civil em inquérito concluído em 12 de setembro. Os irmãos chegaram a ser presos, mas foram soltos duas semanas depois. Segundo a Polícia Civil, a dupla abastecia, via Correios, "mercado" de dentistas em várias partes do país.

12 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

EU DEPENDO ...DE VOCE

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) retoma hoje o julgamento do pedido de pensão da ex-primeira-dama Rosane Collor. Ela quer continuar recebendo 30 salários mínimos mensais (cerca de R\$ 20 mil) do ex-presidente Fernando Collor, além do direito sobre imóveis estimados em R\$ 950 mil.

TUDO PARADO

O caso pode firmar jurisprudência sobre uma tese defendida por Rosane que é relativamente nova nos tribunais: ela pede o pagamento de "alimentos compensatórios". Sustenta que foi obrigada a não trabalhar pelas circunstâncias de o ex-marido ser presidente da República quando eram casados.

EMPATE

A tese abre a possibilidade de pagamento, já que um simples pedido de pensão seria provavelmente negado a ela. Por ser jovem, era grande a possibilidade de o STJ entender que a ex-primeira-dama pode trabalhar e não precisa de pensão. A questão agora é ao menos polêmica: a votação está empatada em um a um. Outros três magistrados devem votar hoje.

12 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Senado discute redução da maioria penal

Comissão começa hoje a votar seis projetos que reduzem idade para punição por crime

**FERNANDA ODILLA
GABRIELA GUERREIRO**
DE BRASÍLIA

O Senado decidiu discutir um tema polêmico e longe de ser consenso dentro e fora do Congresso: a redução da maioria penal.

Reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça marcada para hoje dá início à votação de seis emendas à Constituição que reduzem a idade para imputação de punição.

Apenas uma ganhou parecer favorável. Trata-se da proposta que prevê a redução para 16 anos em casos específicos, como crimes inafiançáveis (tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e crimes hediondos) ou reincidência, desde que haja parecer do promotor da infância e autorização da Justiça.

Há, contudo, sugestões mais radicais, como a que considera penalmente imputáveis os maiores de 13 anos em caso de crimes hediondos; ou proposta que, além reduzir a maioria para 16 anos, torna o voto obrigatório para a mesma idade.

É a primeira vez que o Senado discute o tema nessa legislatura. Chama a atenção que a reunião para deliberar sobre a redução da maioria penal foi marcada sem nenhum caso recente de clamor popular, que normalmente acelera o trâmite de propostas polêmicas como essa no Congresso.

Em abril, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), encaminhou ao Congresso projeto para elevar de

três para até oito anos a punição a jovens que cometem delitos graves. Isso ocorreu depois que um estudante foi morto na capital do Estado por um adolescente apreendido um dia antes de completar 18 anos.

Hoje, um adolescente que comete crime pode ficar internado por, no máximo, três anos e até os 21 anos. O crime não fica registrado nos antecedentes do jovem.

Não há acordo para mudar essas regras. Não só o governo como o PT defendem manter a maioria como é hoje, a partir dos 18 anos.

“Não acredito em consenso, o debate vai ser acalorado”, prevê o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator das seis PECs (Propostas de Emenda à Constituição) que tramitam em bloco no Senado. Ferraço abraçou a proposta que considera mais “razoável e equilibrada”.

A única proposta que ganhou parecer positivo foi apresentada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que se prepara para defendê-la hoje na reunião. “É polêmica, sem dúvida. Mas é exequível. Além de preservar a regra geral, prevê a redução apenas para casos especiais com posicionamento explícito do promotor e do juiz”, explica.

PROPOSTAS DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE

PEC 20/1999

>Reduz para 16 anos a idade para imputabilidade penal em todos os casos de crimes hediondos

>Autor: José Roberto Arruda (ex-senador)

PEC 90/2003

>Reduz a 13 anos a idade para imputabilidade penal em caso de crimes hediondos

>Autor: Magno Malta (PR-ES)

PEC 74/2011

>Reduz a 15 anos a maioria penal em caso de homicídio doloso (com intenção) e latrocínio (roubo seguido de morte) tentado ou consumado.

>Autor: Acir Gurgacz (PDT-RO)

PEC 83/2011

>Reduz a 16 anos a maioria penal, tornando também obrigatório o voto para pessoas da mesma idade

>Autor: Clésio Andrade (PMDB-MG)

PEC 21/2013

>Reduz a 15 anos a idade para imputabilidade penal em caso de crimes hediondos

>Autor: Álvaro Dias (PSDB-PR)

PEC 33/2012

>Reduz a 16 anos em caso de crime hediondo e reincidência em casos pedidos por promotor e autorizados pela Justiça

>Autor: Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

12 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Campos critica baixo crescimento e defende reforma do Judiciário

Governador de PE voltou a explicar sua relação com Marina Silva

Em entrevista gravada na TV Globo para o "Programa do Jô", que iria ao ar ontem à noite, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), criticou o baixo crescimento do país, defendeu uma reforma do Judiciário e voltou a falar sobre sua relação com a ex-senadora Marina Silva, que se filiou ao PSB após o fracasso da criação do partido Rede Sustentabilidade a tempo de disputar as eleições de 2014.

Campos disse que o baixo crescimento ameaça os avanços sociais do país: "Não podemos deixar esse crescimento medíocre destruir empregos, acabar com o que conquistamos", afirmou.

"O que mais assusta eu e

Marina é a possibilidade de perder o que conquistamos", completou.

Pré-candidato à Presidência, Campos minimizou a possibilidade de confronto com Marina, que tem desempenho melhor que o dele nas pesquisas para presidente.

"Se a Marina quisesse ser candidata de qualquer jeito, ela tinha o PPS [disponível para se filiar]", disse.

Segundo Campos, o que mais o atraiu na Rede Sustentabilidade foi a participação de jovens. "Vai renovar o PSB", disse. "Corríamos o risco de virar um partido muito tradicional".

O governador afirmou que não conversou com o deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO) após sua aliança com Marina.

Articulador da aprovação do Código Florestal, norma combatida por ambientalistas, Caiado era um dos principais apoiadores de Eduardo Campos, mas abandonou o projeto após críticas feitas por Marina, que o apontou como inimigo histórico

"Ele [Caiado] não cabia mais [na aliança] e decidi seguir o caminho dele", disse ontem o governador.

Campos também defendeu uma reforma do Judiciário que incluía o fim dos mandatos vitalícios. "É um debate saudável do Brasil fazer. Essa coisa de vitaliciedade é algo que data de outro tempo histórico", afirmou.

Após a gravação, Campos deixou a Globo a pé e foi para um encontro com representantes do agronegócio.

12 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Parecer da Câmara contraria decisão do STF no mensalão

Cassação de deputados condenados
dependerá do plenário, diz assessoria

**Para o Supremo,
parlamentares devem
perder seus mandatos
automaticamente,
assim que forem presos**

RANIER BRAGON
MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Na semana em que o Supremo Tribunal Federal pode mandar para a prisão os primeiros condenados no processo do mensalão, entre eles dois deputados federais, a Câmara ameaça retomar uma polêmica que abriu uma recente crise com o Judiciário.

A Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, principal órgão de assessoria do presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), dará um parecer dizendo que o Congresso não deve cumprir a decisão do STF de cassar imediatamente o mandato de deputados condenados, mesmo se eles forem presos.

Para o secretário-geral da Mesa, Mozart Vianna, a Constituição reserva a palavra final sobre o mandato para o plenário da Câmara, que em votação secreta pode cassar ou absolver os deputados.

“Tenho a convicção plena de que, do ponto de vista institucional, não há hipótese de a Câmara cumprir eventual determinação do STF de perda imediata do mandato sem que o plenário se pronuncie,

assegurada ampla defesa aos acusados”, afirmou Vianna.

Henrique Alves, que pode seguir ou não essa orientação, disse que só se pronunciará após a decisão do STF.

A queda de braço entre as cúpulas dos dois Poderes teve início em dezembro, quando o STF determinou que os quatro deputados condenados —Valdemar Costa Neto (PR-SP), Pedro Henry (PP-MT), José Genoíno (PT-SP) e João Paulo Cunha (PT-SP)—tenham os mandatos cassados automaticamente após a análise dos recursos e o início do cumprimento da pena.

Para dois deles, Costa Neto (condenado a 7 anos e 10 meses de prisão) e Henry (7 anos e 2 meses), essa fase pode terminar nesta semana. Caberia à Câmara somente ratificar a cassação determinada pelos ministros do STF.

“A Constituição não submete a decisão do Judiciário à complementação por ato de qualquer outro órgão ou Poder da República”, diz o acórdão do julgamento do mensalão, documento que resume a decisão dos ministros.

Integrantes da cúpula do Legislativo, porém, argumentam que a Constituição reserva ao plenário da Câmara a palavra final. O próprio Henrique Alves deu declarações nessa linha, recuando depois de encontro com o presidente do STF, Joaquim Barbosa.

O próprio Supremo divergiu sobre o assunto. Ao analisar pela primeira vez o assunto em dezembro, decidiu por 5 votos a 4 que caberia ao STF determinar a cassação.

Com a entrada de dois novos ministros na corte, o placar virou em agosto para 6 a 4 a favor da tese contrária, durante o julgamento de outro processo —mas a decisão não poderia alterar o que já havia sido definido no mensalão.

O caso do deputado Natan Donadon (ex-PMDB-RO), preso em junho por ordem do STF, pode ser uma prévia. Apesar de a corte não ter determinado a perda automática de seu mandato, ministros defenderam em público a medida. A Câmara, porém, submeteu o caso ao plenário, que em votação secreta manteve o mandato do parlamentar.

Os advogados de Costa Neto e Henry disseram ter esperança de que o STF acolha nessa semana os últimos recursos apresentados por eles.

Até o início da noite de ontem, 18 dos 25 condenados apresentaram recursos conhecidos como embargos infringentes, cabíveis quando os réus receberam pelo menos quatro votos pela absolvição. Há 12 dos 25 condenados nessa situação, mas outros, como Costa Neto e Henry, enviaram esse recurso mesmo assim.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

A expectativa é que o STF analise esses pedidos na quarta e quinta. Se avaliar que não cabem mais recursos para parte dos réus, a corte por determinar a execução imediata de suas penas.

Colaborou SEVERINO MOTTA, de Brasília

VAI, NÃO VAI

Câmara e STF divergem sobre perda de mandato de deputados condenados no caso do mensalão



O QUE O STF DECIDIU

Ao julgar o mensalão, o Supremo definiu que os deputados condenados no caso perderão o mandato assim que não houver mais possibilidade de recorrer, cabendo à Câmara apenas homologar a decisão



QUAL É A DIVERGÊNCIA

A Câmara ainda não definiu como aplicar a decisão do STF. A Secretaria-Geral da Mesa, órgão de assessoramento do presidente da Câmara, defende que a decisão é prerrogativa da Casa e deve ser submetida ao plenário



QUEM SÃO OS AFETADOS



Valdemar da Costa Neto (PR-SP)

Condenado a 7 anos e 10 meses no regime semiaberto por lavagem de dinheiro e corrupção passiva



Pedro Henry (PP-MT)

Condenado a 7 anos e 2 meses no regime semiaberto por lavagem de dinheiro e corrupção passiva

Os únicos recursos que eles podem apresentar agora ao STF são os embargos de declaração, que apenas esclarecem pontos obscuros da sentença, mas não alteram as condenações

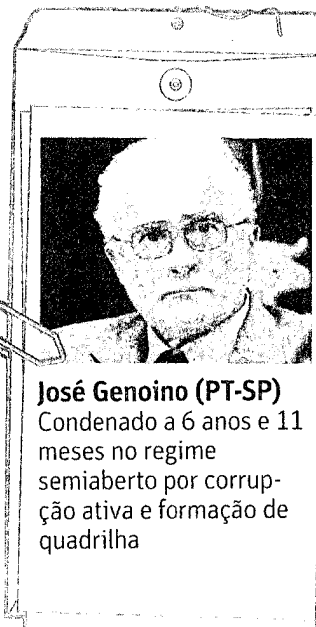
12 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO



João Paulo Cunha (PT-SP)

Condenado a 9 anos e 4 meses no regime fechado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato



José Genoíno (PT-SP)

Condenado a 6 anos e 11 meses no regime semiaberto por corrupção ativa e formação de quadrilha

No caso dos deputados petistas, ambos têm direito aos embargos infringentes, que podem levar o STF a reverter condenações impostas por placar apertado entre os ministros da corte. Esses recursos só devem ser analisados em 2014

“Tenho a convicção plena de que, do ponto de vista institucional, não há hipótese de a Câmara cumprir determinação do STF de perda do mandato sem que o plenário se pronuncie, assegurada ampla defesa aos acusados

MOZART VIANNA
secretário-geral da Mesa da Câmara

12 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça cancela passaporte de filho de Lula

A Justiça Federal de Brasília cancelou definitivamente o passaporte diplomático de Luís Cláudio Lula da Silva, filho caçula do ex-presidente Lula. Em julho de 2012, o documento — com validade até dezembro de 2014 — já havia sido suspenso por liminar (provisoriamente).

A decisão definitiva, tomada no início de outubro, é do juiz da 14ª Vara Federal de Brasília, Jamil Rosa de Jesus Oliveira. Ele já havia afirmado que o benefício deveria ser cancelado “por falta do mínimo de moralidade”. A **Folha** não conseguiu encontrar Luís Cláudio até a conclusão desta edição.

Em janeiro de 2011, a **Folha** revelou que filhos e netos de Lula haviam recebido, a pedido do ex-presidente, passaportes diplomáticos com a justificativa de que isto era do “interesse do país”. Os documentos foram concedidos três dias antes do fim do mandato do ex-presidente.

As reportagens geraram ação do Ministério Público Federal, que considerou irregular o benefício. Entre 2006 a 2010, 328 passaportes diplomáticos foram concedidos sob a alegação de “interesse do país”. Só os da família Lula foram considerados ilegais pelo Ministério Público.

Os outros filhos de Lula que também receberam o passaporte vermelho devolveram o documento.

O passaporte diplomático garante benefícios como acesso a fila de entrada separada e tratamento menos rígido nos países com os quais o Brasil tem relação diplomática. O Itamaraty alterou as regras de emissão 19 dias após a primeira reportagem. Hoje ele só é concedido com “solicitação formal fundamentada” e com a divulgação no “Diário Oficial”.

O decreto que regula a emissão de passaportes prevê a concessão a presidentes, vices, ministros, parlamentares, ministros de tribunais e ex-presidentes. (MATHEUS LEITÃO)

12 NOV 2013

BEMPARANÁ

**KARLOS
KOHLEBACH**

Aumento das taxas

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), afirmou ontem que já conversou com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Luiz Gomes, sobre o projeto que reajuste de cerca de 10% as taxas dos cartórios. O tucano só pediu ao magistrado que encaminhe o quanto antes o projeto para a Assembleia para que possa ser amplamente discutido pelos deputados estaduais. Rossoni afirmou que considera razoável o percentual de aumento e que, se assim vier, colocará em plenário para votação.

1 2 NOV 2013

BEMPARANÁ
KARLOS KOHLBACH

Resposta à denúncia

O deputado federal André Zacharow (PMDB) respondeu ontem às denúncias que estão sendo investigadas pelo Ministério Público Federal contra ele. Ontem, esta coluna mostrou que o MPF apura a suspeita que o peemedebista omitiu despesas na campanha eleitoral de 2010 e ainda teria usado a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba (SEB), mantenedora do Hospital Evangélico, para a "prática de conduta criminosas". Zacharow afirmou que as suspeitas não procedem e que são infundadas – fruto de uma ação trabalhista. Disse ainda que o ex- funcionário da SEB, Alexandre Lubachevski, autor das denúncias, quer atingi-lo politicamente às vésperas da reeleição. Zacharow lembrou que a única verba federal que o Hospital Evangélico recebeu em 2013 foi furto de uma emenda parlamentar de sua autoria, no valor de R\$ 3 milhões. Ontem, o Supremo Tribunal Federal recebeu da 3ª Vara do Trabalho de Curitiba cópia da ação trabalhista movida por Lubachevski. Esta foi uma das diligências promovidas pelo MPF e autoriza pelo STF.

1 2 NOV 2013

BEMPARANÁ

Suspensão do feriado da Consciência Negra

Movimentos sociais protestam

Entidades de classe e movimentos sociais de Curitiba realizam, hoje, uma manifestação contra a decisão de se suspender o feriado da Consciência Negra, marcado para o dia 20 de novembro. A suspensão foi decidida pelo órgão especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) na semana passada, atendendo uma ação da Associação Comercial do Paraná (ACP). Ainda na semana passada, as enti-

dades se reuniram e criaram o Comitê Zumbi dos Palmares, formado por mais de 20 entidades do movimento social negro, movimentos sociais e sindicais da cidade.

A primeira ação definida pelo Comitê está a manifestação marcada para as 13 horas, em frente ao Tribunal de Justiça na Praça Nossa Senhora da Salete, no Centro Cívico, seguida de caminhada até a sede da Associação Comercial do Paraná (ACP)

e do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado (Sinduscon-PR).

Também será entregue à população uma carta de repúdio à atitude da ACP e do Sinduscon-PR e à decisão do Tribunal de Justiça. Ainda será fomentada uma campanha de boicote ao comércio, incentivando as pessoas a não fazer compras no dia 20 de novembro, caso a decisão não seja revertida a tempo.

12 NOV 2013

BEMPARANÁ

Justiça anula passaporte diplomático de filho de Lula

A Justiça Federal de Brasília declarou nulo o passaporte diplomático concedido a Luís Cláudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Procuradoria da República no Distrito Federal havia considerado a emissão do documento ilegal e fora do interesse do País. A sentença, do início do mês passado, atende à ação civil pública movida em 2012 pelo Ministério Público Federal.

A concessão do passaporte de Luís Cláudio ocorreu três dias antes do término do mandato de Lula. O Ministério Público abriu uma investigação preliminar, em janeiro de 2011, quando reportagens na imprensa revelaram uma extensa lista de beneficiários do passaporte especial, como parentes do ex-presidente, autoridades religiosas, políticos e ex-ministros. O passaporte diplomático dá ao seu portador uma série de regalias, como acesso à fila separada em aeroportos e tratamento no embarque e desembarque menos rígido nos países.

EM BAIXA



A Justiça Federal declarou nulo o passaporte diplomático concedido a **LUÍS CLÁUDIO LULA DA SILVA**, um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Procuradoria da República no Distrito Federal havia considerado a emissão do documento ilegal e fora do interesse do País.

12 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Juiz eleitoral cassa prefeito de Ribeirão do Pinhal

Luís Fernando Wilteburg

Reportagem Local

A Justiça Eleitoral cassou o mandato do prefeito reeleito de Ribeirão do Pinhal (Norte Pioneiro), Dartagnan Calixto Fraiz (PSD), e de sua vice, Nadir Sara Melo Fraga Cunha (PMDB), por gastos ilícitos durante a campanha verificados no abastecimento de veículos na véspera e no dia da eleição do ano passado. A decisão, de primeiro grau, é assinada pelo juiz eleitoral Guilherme Moraes Nieto.

Segundo os autos, a prestação de contas de campanha aponta 31 abastecimentos no dia 6 de outubro de 2012, véspera da eleição, no total de 530 litros de combustíveis, e de 13 no dia 7 de outubro, somando mais 496 litros.

Na prestação de contas, ambos informaram a utilização de dois veículos na campanha, movidos à gasolina. Porém, nos cupons constantes na prestação de contas, havia abastecimentos também com etanol e diesel.

Inicialmente, os candidatos alegaram que os abastecimentos não haviam sido autorizados e que a responsabilidade pela autorização e pagamento eram da equipe de controle de gastos.

Porém, após terem as contas reprovadas em dezembro passado, os acusados mudaram a versão: o que teria ocorrido seriam pagamentos em duplicidade de abastecimentos.

Porém, em juízo, nem a coligação, nem o proprietário do posto de combustíveis conseguiu confirmar quais foram os cupons fiscais duplos ou a forma como eram autorizados os abastecimentos e os pagamentos.

Diante disso, o magistrado impôs a cassação do diploma de Fraiz – e, por consequência, de Nadir – e a perda dos direitos políticos por dez anos. A pena, entretanto, só será cumprida após o trânsito em julgado.

Procurado ontem na prefeitura, Fraiz não foi encontrado. Nadir disse que segue como vice e que a defesa já está recorrendo da decisão, mas não informou quais as alegações. Ela não soube informar como contatar o prefeito ou seus advogados de defesa.

Procurada em seu escritório ontem, a advogada Karla Ferreira de Camargo Fischer não retornou a ligação até o fechamento da edição.

1 2 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Decisão judicial impediu entrada de adolescentes

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Arapongas – Uma decisão judicial na sexta-feira impediu a entrada de adolescentes em uma festa sertaneja realizada no sábado à noite em um centro de eventos em Arapongas (Região Metropolitana de Londrina). A organização prometia bebida alcoólica liberada e a entrada de menores de 16 anos acompanhados dos pais.

Segundo o Conselho Tutelar, ao receber um ofício dos organizadores da festa, que garantia que apenas os maiores de 18 anos teriam acesso às bebidas, já que estariam identificados com um pulseira, encaminhou a documentação ao Poder Judiciário.

“Quando verificamos que há alguma possibilidade de

risco aos adolescentes encaminhados para a apreciação da Justiça. E neste caso foi proibida a entrada e fomos ao local apenas para garantir e fiscalizar que nenhum menor entraria na festa”, explicou Sônia Onofre da Silva, presidente do Conselho Tutelar de Arapongas.

Um dos organizadores do evento, Adriano Kistenmacher, garantiu que até na tarde de ontem não havia sido notificado oficialmente da decisão judicial e que somente duas horas antes da festa começar é que foi informado pelo Conselho Tutelar que não seria permitido a entrada de menores. “Na sexta à tarde estivemos no Conselho e não fomos informados. Mesmo assim atrasamos o início da programação e proibimos o acesso dos menores. Se fossemos avisa-

dos antes poderíamos ter evitado o tumulto”, ressaltou o organizador. “Fizemos outros dois eventos com a entrada de menores e uso das pulseiras nos maiores e não tivemos problemas.” Mais de 3 mil pessoas compareceram à festa no sábado.

Os adolescentes barrados na entrada e que já haviam comprado ingressos se revoltaram e invadiram o centro de eventos, saqueando os bares e arremessando garrafas em direção à plateia. Não houve feridos. A Polícia Militar deslocou 33 homens e 17 viaturas para controlar o tumulto.

“Não há como responsabilizar os promotores criminalmente, pois eles cumpriram a decisão da Justiça”, apontou o delegado Osniildo Carneiro Lemes.

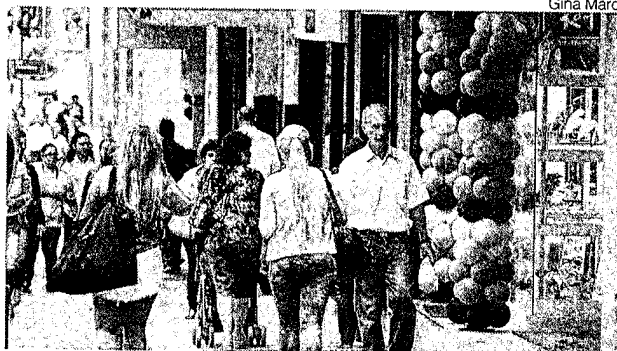
CONSCIÊNCIA NEGRA Comércio irá abrir no feriado do dia 20

A decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) de liberar a abertura de lojas no **feriado do Dia da Consciência Negra** em Londrina, anunciada em maio, não é garantia de que o expediente será normal no próximo dia 20. Representantes do Sindicato dos Empregados do Comércio de Londrina (Sindecolon) acreditam na possibilidade de reverter a decisão até a véspera. Ao mesmo tempo, o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (Sindimet) tenta liberar o funcionamento de fábricas do setor na data.

Líderes do **Movimento Negro local** esclarecem que o feriado não está suspenso, conforme lei municipal de 2009. Apenas a abertura de lojas foi permitida em decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, em caráter definitivo, da qual recorreram junto à prefeitura e ao Sindecolon.

A liberação para as lojas funcionarem foi conseguida a pedido do Sindicato do Comércio Varejista de Londrina e Região (Sincoval), com a argu-

● *Empresários da área metalúrgica alegam que o prejuízo com o feriado na região pode ser de R\$ 5 milhões por não poderem dobrar a produção no dia seguinte com os mesmos funcionários*



● *O movimento em Londrina é um dos mais fortes do País, sendo que a cidade é pioneira na implantação de cotas raciais e do Conselho da Comunidade Negra. Um protesto contra a decisão do sindicato deverá ser realizado no dia 20*

mentação de que a lei municipal que decretou o feriado é inconstitucional. Segundo a Lei 9.093/1995, são feriados municipais os "dias do início e do término do ano centenário da fundação do Município, fixados em lei municipal", além de quatro dias que sejam datas religiosas.

Para o diretor do Sindecolon, Celio Vila, a suspensão do feriado elimina até a necessidade de pagamento de hora extra no dia, que passaria a dia útil normal. Porém, ele considera estranho que a decisão valha apenas para um setor. "Defendemos que deve ser feriado para to-

dos porque a lei foi aprovada pela Câmara e todo o planejamento do ano foi feito assim", diz. Mesmo assim, o procurador geral do Município, Zulmar Fachin, que recorreu da sentença, acredita que seja difícil reverter a causa neste ano.

A mesma opinião tem o advogado do Sincoval, Ed Nogueira de Azevedo Junior. "Acho improvável uma apelação de decisão em uma decisão definitiva em tão pouco tempo", diz. Ele afirma que a memória sobre a história dos negros no País deve ser preservada, mas não necessariamente com um feriado.

12 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Movimento negro se reúne com diretores de sindicatos

Líderes do movimento negro se reuniram ontem com diretores do Sindicato do Comércio Varejista de Londrina (Sincoval), para tentar sensibilizá-los sobre a importância do feriado do Dia da Consciência Negra na cidade. A entidade patronal conseguiu, na Justiça, o direito de abrir as portas no próximo dia 20, assim como os sindicatos da indústria metalmeccânica (Sindimetal) e do vestuário (Sindinvest), os próximos a receber visitas de representantes do movimento. A argumentação usada nas decisões judiciais foi que o feriado traria prejuízos financeiros e não poderia ser decretado pelo município, por ser cívico, e não religioso.

OPINIAO DO LEITOR

Racismo

Temos de aprender a abrir as portas para todos os que consideramos irmãos, sejam da África ou de qualquer lugar do mundo, já que somos uma espécie única conhecida como Homo sapiens. Diz-se até que o nosso ancestral comum teve origem na África. Se isso é verdade e não temos provas em contrário, somos todos irmãos, enquanto seres inteligentes. Amemo-nos uns aos outros. Temos que ensinar isso na escola e considerar essa realidade por toda a vida. Não há nenhuma raça superior. Temos muitos exemplos de gente em vários continentes que se tem revelado gênio, independentemente de suas origens. Há quase 70 anos tive dois colegas negros de Cabo Verde, num colégio interno, em Lisboa, e nunca percebi qualquer tipo de segregação ou sequer referências menos dignas por esse fato. Temos uma dívida histórica para com todos aqueles que sofreram maus-tratos pelo simples fato de parecerem diferentes. Justifica-se que se reconheça isso, pelo menos como referência histórica, com o Dia da Consciência Negra e aproveitar para reforçar o espírito de irmandade que todos reconhecemos.

ABEL AGAPITO DE FREITAS (engenheiro agrônomo) – Londrina

12 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Morte em confronto com polícias é problema social

Dirceu Cardoso Gonçalves

A pesquisa da sétima edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública informa que as polícias brasileiras mataram, em 2012, quatro vezes mais que a dos Estados Unidos e duas vezes mais que a da Venezuela. Foram 1.890 brasileiros mortos em confronto com policiais, o que dá uma média de cinco mortos ao dia.

O índice é mais alto nos Estados de São Paulo (563 mortes), Rio de Janeiro (415), Bahia (344) e Paraná (167).

O Anuário de Segurança Pública também traz outros números que, conveniente e desapassionadamente analisados, poderão levar as autoridades a conclusões e providências capazes de melhorar a segurança pública nacional.

Toda vez que vem a público um levantamento dessa natureza, com ele aparecem as conclusões simplistas e a velha cantilena da alta letalidade policial.

Comparam nosso país com realidades diferentes e pregam soluções que aqui não funcionariam se não viessem acompanhadas de outras medidas que independem da polícia.

É preciso verificar, por exemplo, quais os índices de violência urbana existentes nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países citados na pesquisa para, depois, estabelecer comparações.

No Brasil de hoje temos o crime organizado com estrutura e armamento de um exército que desafia o poder constituído. O tráfico de drogas, os sequestros, os assaltos e outras atividades criminosas se tornaram endêmicos por omissão de sucessivos e sonhadores governos que, em vez de fortalecer, retiraram o poder coercitivo do

Estado, para preencher o modelo democrático.

Não confundir, em hipótese nenhuma, poder de polícia do Estado com o poder para polícia, pois a polícia é mera executora daquilo que o Estado a determina fazer, e não precisa de poder para si no cumprimento de suas funções.

Os policiais brasileiros, indistintamente, ganham salários insuficientes - tanto que muitos fazem "bico" e o próprio governo criou a função delegada, onde trabalham para as prefeituras nas horas vagas - e nem sempre têm à disposição viaturas e armamentos a altura do enfrentamento aos bandidos.

Nesse quadro, onde a guerra civil só falta ser declarada oficialmente, policiais são literalmente caçados e mortos pelos criminosos.

É preciso entender que a quase totalidade dos mortos pela polícia em confrontos são marginais que, em razão de um Estado fraco, a confrontam e desafiam a sociedade.

Lógico que existem casos de vítimas inocentes e acidentais, mas seu número é baixíssimo e, quando ocorrem, os policiais autores são punidos funcional e criminalmente e, até, exonerados.

A função policial exige muito treinamento, empenho, equilíbrio e motivação dos seus executores. Para baixar o

número de mortos em confronto são necessárias medidas sociogovernamentais. O problema é social e a clara falta de governo. Conter a polícia seria mais um desatino, o mesmo que deixar a sociedade à mercê dos criminosos.

O problema é social e a clara falta de governo. Conter a polícia seria mais um desatino, o mesmo que deixar a sociedade à mercê dos criminosos

DIRCEU CARDOSO GONÇALVES
é tenente e dirigente da Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo

12 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Seju vai absorver presos dos distritos

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) vai começar a absorver, em 45 dias, parte dos presos que superlotam as carceragens das delegacias de polícia da capital e do litoral do Estado. A proposta faz parte do plano que prevê a redução gradativa da superlotação carcerária, e foi aprovada ontem, durante a segunda reunião entre representantes da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp), Seju, Polícia Civil e sindicatos e associações dos policiais.

Estes presos serão transferidos gradativamente para as Casas de Custódia (CC) de Curitiba, São José dos Pinhais e Piraquara, conforme novas camas sejam instaladas nessas unidades. De acordo com a Seju, grande parte dos distritos apresentam um excedente de presos de até 200%. A ideia é reduzir, inicialmente, esta superlotação para até 100% da capacidade.

O mesmo processo será adotado dentro de 90 dias nas delegacias das cidades da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), e em 120 nas carceragens das demais regiões do Estado. Em Londrina e Maringá os presos serão transferidos para as Casas de Custódias (CC) das cidades.

“O mais importante é que estabelecemos um plano de metas a ser cumprido até o final do ano que vem. São metas a curto, médio e longo prazo. Não vamos resolver o problema de uma hora para outra, mas o que ficou acordado hoje (ontem) atende os interesses da Sesp e da Seju de retirar os presos das carceragens onde existe superlotação”, disse o diretor geral da Seju, Leonildo de Souza Grotta.

Ele explica que, com a transferência do excedente de presos das carceragens, a pretensão é que a Polícia Militar assumira a segurança externa das Casas de Custódia, uma vez que os agentes penitenciários não têm porte de arma. “São unidades onde não se tem tratamento penal e, em sua maior parte, estão com presos provisórios. Com a instalação de novas camas vamos poder absorver uma parte dos detentos que estão nas carceragens. Esta é a primeira medida para desafogar a situação”, completou.

Ao longo dos próximos meses, para fazer novas transferências, a Seju apresentou três etapas de criação de novas vagas. Num prazo de 90 dias deverão ser contratados os serviços de monitoramento eletrônico de mil presos. Em até 180 dias serão resolvidos os problemas de contingenciamento de 1.893 vagas em unidades prisionais que estão em reforma, e com a contratação

de 423 novos agentes penitenciários que concluem o concurso público até o final deste mês. E até o final de 2014, a expectativa é começar a inaugurar novas penitenciárias, abrindo 6.670 novas vagas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COTAS RACIAIS NOS CONCURSOS: O EXAGERO SÓ ATRAPALHA

* Por William Douglas

No presente artigo comentarei sobre a proposta do Governo Federal de criar cotas para concursos federais. É sabido que devemos evitar a teofobia e a intenção de muitos de definir como deve ser o pensamento e opinião alheios. As ações afirmativas raciais são outro espaço onde os exageros podem atrapalhar o consenso e o progresso das lutas sociais, que são dever moral de nosso tempo. E sobre elas quero pontuar o exagero da vez e, por isso, um desserviço à causa. Sou defensor das cotas raciais há tempos, já por duas vezes as defendi em audiências públicas no Senado Federal. Escrevi inúmeras vezes artigos em defesa delas, e publiquei, como editor, livros em sua defesa. Invariavelmente ouço ou leio amigos e leitores magoados comigo por eu defender as cotas raciais. Me perdoem, defendo sim.

Pois bem, exatamente por defendê-las venho aqui dizer que quem as conseguiu está perto de começá-las a destruí-las. Como sempre, pelo exagero. Pela mania humana de, podendo, ir além do que deve. Volto a citar: "A lei, ora a lei, o que é a lei se o Major quiser?" – O que é bom-senso, justiça, razoabilidade, autolimitação dos próprios atos quando o detentor temporário do poder pode ir além?

A meu ver, o exagero só atrapalha. O equilíbrio salvaria a Humanidade.

Vale anotar que insistirei nas cotas raciais pelo menos até que venham as cotas sociais com o devido financiamento e estrutura. Até lá, as cotas raciais ajudam a responder pela urgência de se consertar um país que ainda precisa de alforria. Ou seja, até que se implante um sistema melhor de modo eficiente, não podemos abrir mão dos outros instrumentos possíveis, mesmo que não sejam os ideais.

E onde chegamos agora? Nas cotas raciais nos concursos. Eis o homem, outra vez, abusando. Abuso grave. Já que passaram as cotas nas universidades, porque não também nos concursos? E nas empresas? "Exageremos outra vez! Façamos o que podemos! Aproveitemos o poder para inverter a mão dos abusos!"

Reparem: uma coisa é colorir de todas as nossas cores todos os lugares. Ver negros nos restaurantes finos, ver negras desfilando nas Fashion Weeks, isso será ótimo. Outra coisa é, no afã de acelerar este, de fato, vagarosíssimo processo, errar a mão e prestar um desserviço a todos, inclusive à própria causa.

Não devemos ter cotas raciais nos concursos, como se propõe. Uma coisa é ter cotas nas escolas, nas universidades, nos estágios. Afim, pois estamos falando de preparação para a vida e para o mercado. Essas cotas devem ser mantidas, aperfeiçoadas e, com o passar do tempo, obtido seu bom efeito, suprimidas. Mas as cotas nos concursos pervertem o sistema do mérito. Para o direito e oportunidade de estudar, é razoável dar compensações diante de um país e sistema ainda discriminadores, mas não para se alcançar os cargos públicos.

Nesse ponto, as críticas que os contrários às cotas fazem irão fazer sentido: aquilo de se dizer que "Fulano está aqui só por causa das cotas". Isso pode ser tolerado em uma faculdade, de onde o cotista saia e mostre que, quando tem oportunidades, compete de igual para igual, acha seu espaço ao sol. Contudo, quando estamos diante de um concurso público, ou igualmente de seleção para empresas, influir no sistema de avaliação é uma perversão inadequada. Querer isso é ir além do razoável e, ao se insistir na tese, presta-se um desserviço ao país e à causa.

Os motivos são bem claros: é lícito dar a quem quer estudar algum diferencial competitivo, compensador de uma ou outra circunstância. De modo diametralmente oposto, é abusivo repetir tais privilégios quando o assunto é o ingresso definitivo no mercado de trabalho. Simples assim. Cotas: para estudar, pode; para arrumar emprego, aprenda como todo mundo. Venha disputar sua vaga em condições de igualdade, e que passe o melhor preparado: branco, preto, pobre, rico, gay, hetero, bonito ou feio.

Como disse um professor de Direito Constitucional que-conheço, "daqui a pouco quem se sente 'normal', quem não for negro, índio, gay, cadeirante, obeso mórbido, filho de bombeiro ou PM morto em serviço estará em risco de extinção, sem poder disputar as vagas públicas e privadas, loteadas por toda sorte de regalias para quem se articulou nos Legislativos ou nos órgãos de 'promoção da igualdade' de quem quer que seja. Pior que tudo, cada vez menos se estimulará o estudo e o trabalho, o mérito é o esforço, porque a partir de agora para entrar nos cargos, ou nos empregos, bastará ter carteira de espoliado. Será o tempo em que quem não tiver nenhum argumento para ser prestigiado ingressará com ação judicial onde pedirá apoio, e algum juiz ou tribunal deverá, em um 'salto triplo carpado hermenêutico', provavelmente rasgando algum texto legal, proteger por fim a última classe a não ter algum favor legal que substitua o mérito. Será um país onde o estudo e o trabalho serão substituídos pelo, já anunciado antes, 'princípio do coitadinho'."

As políticas afirmativas acolhidas pela Constituição são aquelas direcionadas ao fim da desigualdade, e não à sua perpetuação. Contudo, a forma como está se promovendo a igualdade é equívoca e tacaña, vez que não cria mecanismos para que a realidade social mude nem estímulo pessoal para o esforço. Existem muitas portas para se ingressar em programas sociais, cotas, gentilezas públicas, verbas a serem mal versadas, e poucas portas para que as pessoas saiam dos favores do governo, ou das situações onde os favores são justificáveis.

Prefiro um país onde os espoliados sejam amparados e onde tenham oportunidade de estudar, de aprender, mas que na hora de se definir de quem é uma vaga, que ela seja do mais bem preparado. Será um país de sonho. Parafraseando o Pastor Martin Luther King Jr, um país onde todos possam estudar, mas em que, na hora de as pessoas conseguirem um emprego ou cargo público, "elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter". Para ingressar nos cargos, nem valerá ser negro, ou índio, ou bonito, ou feio, ou gay, ou hetero, ou do partido, ou muito amigo. Para ingressar nos cargos, competência. E isso fará com que todos estudem.

*William Douglas é professor e juiz federal. Conhecido como "o guru dos concursos", já fez palestra para mais de 1 milhão de pessoas e seus livros já venderam mais de 700 mil exemplares. É mestre em Direito (UGF) e pós-graduado em Políticas Públicas e Governo (EPPG/UFRJ). Se quiser mais dicas sobre artigos, vídeos e orientações sobre sucesso, visite o site: www.williamdouglas.com.br.

12 NOV 2013
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
STJ libera repasse do
FGC a credores do Rural

O Superior Tribunal de Justiça determinou na última quinta-feira (07) a suspensão do bloqueio de R\$ 124 milhões do Fundo Garantidor de Crédito destinado aos investidores do Banco Rural, o bloqueio havia sido ordenado pela Justiça do Trabalho, responsável pelos processos trabalhistas da Vasp. No Supremo Tribunal Federal, o ministro Gilmar Mendes suspendeu o bloqueio por entender que a justiça do trabalho não tem competência para executar o trabalho.

A relatora do caso no STJ, ministra Nancy Andrighi, disse que uma liminar para suspender os atos de execução praticados pela Vara Vasp já havia sido proferido. “Revela-se necessário, a fim de garantir a autoridade do pronunciamento judicial anterior e de manter o tratamento paritário que deve ser dispensado aos credores, suspender sua execução até o julgamento em definitivo deste incidente”, afirmou.

Como justificção, a Justiça do Trabalho disse que para o Rural, houve fraude na operação de compra de 63 mil cabeças de gado realizada com Wagner Canhedo, ex-dono da Vasp.